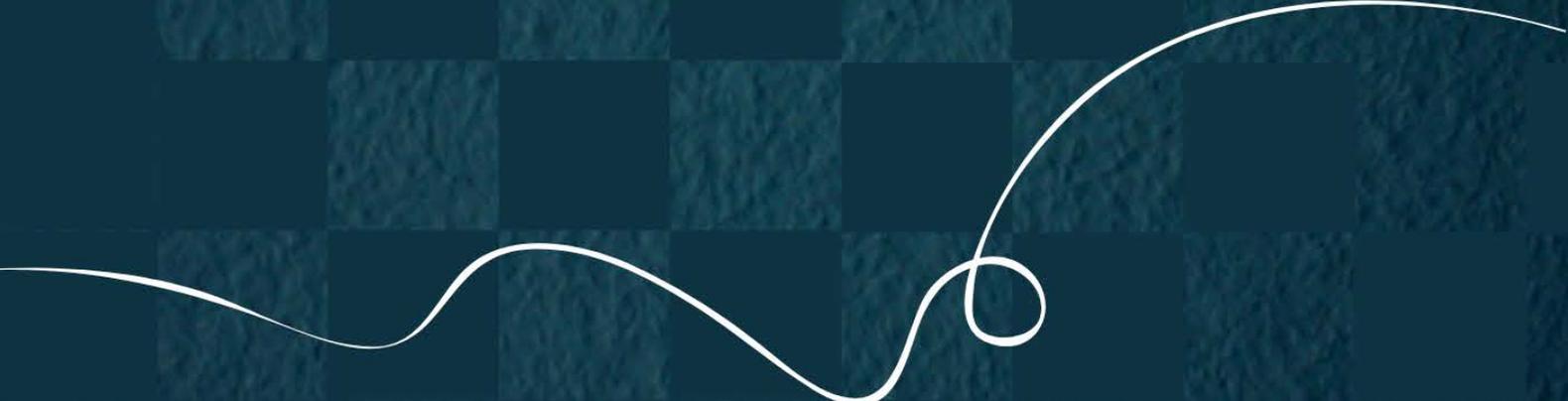


LINCCON FRICKS HERNANDES
(ORGANIZADOR)

TEMAS EM EDUCAÇÃO:

Diálogos

MULTIDISCIPLINARES



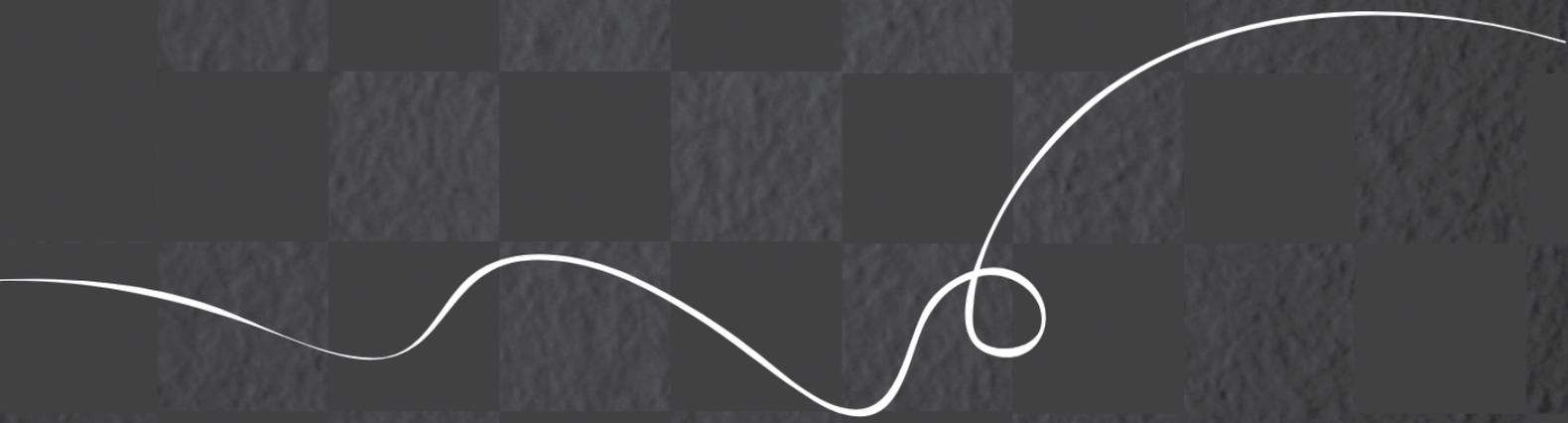
DE DIGITAL
EDITORA

LINCCON FRICKS HERNANDES
(ORGANIZADOR)

TEMAS EM EDUCAÇÃO:

Diálogos

MULTIDISCIPLINARES



 DIGITAL
EDITORIA

Lincon Fricks Hernandes
(ORGANIZADOR)

**TEMAS EM EDUCAÇÃO:
DIÁLOGOS
MULTIDISCIPLINARES**

TERESINA - PI



2021

TEMAS EM EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES



DOI: 10.48140/digitaeditora.2021.003.0

Designer da Capa: Agência Mirai

Imagens da capa: www.elements.envato.com

Projeto gráfico: Agência Mirai

Diagramação: Agência Mirai

Revisão de Texto: os autores

Editoração: Digital Editora

Produção Digital: Digital Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T278

Temas em educação: diálogos multidisciplinares / Lincon Fricks Hernandez (Org.). – Teresina: Digital Editora, 2021.

250 p.

ISBN: 978-65-89361-02-2

DOI: 10.48140/digitaeditora.2021.003.0

1. Educação. 2. Multidisciplinaridade. I. Hernandez, Lincon Fricks.

CDD: 615.12

Catalogação na publicação: Leandro de Sousa Sant'Anna . CRB 13/668

Digital Editora- CNPJ: 37.684.427/0001-66

© 2020- Digital Editora- Todos os direitos reservados.

Rua Luis Pires de Lima, 3770 – São João

Teresina – PI – CEP: 64.047-020

E-mail: contato@digitaeditora.com.br

Site: www.digitaeditora.com.br

Telefone: (86) 9 9495-7677

Publique seu livro com a Digital Editora. Para mais informações envie um e-mail para contato@digitaeditora.com.br

TEMAS EM EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS MULTIDISCIPLINARES

ISBN: 978-65-89361-02-2 (e-Book)

Copyright © 2021 by Digital Editora

Copyright © 2021 Texto by Autores

Todo o conteúdo apresentado nesta obra é de responsabilidade do(s) autor(es), incluindo a correção, revisão ortográfica e gramatical do texto. O(s) mesmo(s) empenha(m-se) para citar adequadamente e dar os devidos créditos a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possibilitar, acerto caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

A editora não se responsabiliza pelo conteúdo, manutenção, atualização e idioma dos sites referidos pelo(s) autor(es) nesta obra. Comentários dos leitores, bem como correções ou sugestões que possibilitem o aprimoramento de edições futuras podem ser encaminhados à Digital Editora pelo e-mail contato@digitaleditora.com.br



Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Esta obra de acesso aberto (Open Access) está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, sendo permitido o download da obra e compartilhamento desde que atribuído o crédito aos autores, sem alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade dos seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Francisco das Chagas Araujo Sousa - <http://lattes.cnpq.br/6348603123335586>

Dr. Alvaro Francisco Lopes de Sousa - <http://lattes.cnpq.br/1255771708736991>

Dra. Ana Carla Marques da Costa - <http://lattes.cnpq.br/6002336421734300>

Phd. Jacenir Reis dos Santos Mallet - <http://lattes.cnpq.br/9643185827631520>

Dr. Jandesson Mendes Coqueiro - <http://lattes.cnpq.br/0584858296936896>

Dra. Khelyane Mesquita de Carvalho - <http://lattes.cnpq.br/3803143158962612>

Dr. Estélio Silva Barbosa - <http://lattes.cnpq.br/9917115701695838>

Msc. Laianny Luize Lima e Silva - <http://lattes.cnpq.br/3509411339767194>

Msc. Rosalba Maria Costa Pessôa - <http://lattes.cnpq.br/1947023382963441>

Msc. Wenysson Noletto dos Santos - <http://lattes.cnpq.br/8599251418329909>

Msc. Felipe Santana e Silva - <http://lattes.cnpq.br/5625927643552537>

Msc. Carlos Antonio da Luz Filho - <http://lattes.cnpq.br/3472862979228236>

Msc. Maria do Amparo Moura Alencar Rocha - <http://lattes.cnpq.br/7586848020525141>

Msc. Tiago Leal Catunda Martins - <http://lattes.cnpq.br/4495021777852960>

Msc. Francisco Braz Milanez Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/1930356820921070>

Esp. Josilenni de Alencar Fonseca Santos - <http://lattes.cnpq.br/9059443475093525>

Esp. Paulo Ricardo Alves dos Reis Santos - <http://lattes.cnpq.br/0047521500954576>

BIBLIOTECÁRIO

Leandro Sousa Sant'Anna - CRB. Nº 13/667

PREFÁCIO

A educação consiste em um tema amplo e complexo, permeado por desafios antigos e contemporâneos. Diante disto nos deparamos com diferentes realidades presentes na sociedade brasileira que incidem sobre as políticas públicas de educação, as quais precisam ser problematizadas a partir de diálogos multidisciplinares, sobre a perspectiva de falar junto ao outro e não pelo outro e permitir aos profissionais que vivenciam esses encontros registrar seus afetos e compartilhar suas experiências.

Neste sentido esta obra trata-se de uma aposta ética, estética e política, que busca integrar os saberes de diferentes categorias profissionais e pesquisadores que se encontram inseridos no campo da educação. Pensamos em possíveis trabalhos profissionais a serem desenvolvidos por meio da multidisciplinaridade face às políticas públicas e sociais.

O Capítulo intitulado **A construção da saúde na escola: uma ação preventiva de doenças** escrito por Angelita Alves Almeida, Claudia Márcia Fricks Jordao Belonia Terra, Claudiana do Nascimento, Cristiani Jordão Gomes de Almeida, Danielle Correia Santana, Kamila Batista Nunes Viana, Luciana Tonon Fontana, Marciana dos Santos Silva Ventura, Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro. Os autores abordam a escola como local de intervenção e possíveis trabalhos profissionais na prevenção de doenças a partir de uma perspectiva pedagógica. Os mesmos se propõem a trabalhar a construção da saúde na escola e apontar como que essa inserção pode agir na prevenção de doenças. Programas como o Saúde na Escola (PSE) são canais do Estado com a escola para unir as duas áreas e promover essa linhagem de ensino, além de garantir instruções em campos variados em áreas multidisciplinares. A escola se tornou o principal vínculo do poder público com a sociedade, pois é através dela que se pode alcançar quase que integralmente as futuras gerações e garantir modificações nos espectros sociais que não colaboram para o melhoramento da qualidade de vida. Apontar políticas de saúde na escola e observar os dados positivos relacionados a este tópico, está nos objetivos deste trabalho, além de buscar dentro da literatura embasamentos que justifiquem as situações descritas no desenvolvimento dessa pesquisa.

O capítulo **A importância do programa saúde na escola no retorno das aulas presenciais após a pandemia de Coronavírus**, os autores Alan Santiago Muri Gama, Elizabeth Almeida da Silveira Santiago, Evan Pereira Barreto, Kleyton Corrêa Borges, Luciano Ribeiro Helvécio, Luís Carlos Bicalho de Lima,

Marcus Vinícius Pena Abranches Pacheco, Mellina da Silva Gonçalves, Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro, realizam uma breve síntese dos marcos legais do programa saúde na escola apresentando a interface entre saúde e educação no contexto pós pandemia visando o bem-estar psicossocial dos alunos. Destaca-se ainda a importância do Programa Saúde na Escola (PSE) e como suas ações após a pandemia do novo Coronavírus serão importantes para garantir um retorno saudável dos alunos e dos atores da vida escolar à sociedade. O PSE atua em diversos campos da saúde, e sua atuação no campo da saúde mental será importantíssima para garantir um retorno saudável e completo do aluno as salas de aula. Garantir novas práticas de convivência social também será um objetivo a se desenvolver no conjunto de saúde e educação, apontando novas práticas instrucionais para a vida escolar, e como se portar socialmente no que concerne a higiene corporal, vida alimentar e contatos físicos em geral. As ações do PSE estão a se expandir com as novas garantias de profissionais da saúde mental atuando na vida escolar, e isso será revertido em benefício dos alunos e professores que poderão contar com um alicerce a mais no combate aos adoecimentos inesperados decorrentes do isolamento social, como a depressão e a ansiedade e todos os outros adoecimentos que podem surgir em decorrência delas. Entende-se, portanto, que a atuação do PSE é indispensável para garantir o retorno mais saudável e inspirar segurança a professores e alunos no retorno das aulas.

O capítulo **Avaliação diagnóstica como instrumento de aprendizagem no ensino fundamental em Presidente Kennedy-ES**, as autoras Cheila dos Santos Marvila e Luana Frigulha Guisso com base em suas experiências profissionais o estudo foi acrescido o aspecto descritivo, pelo fato de suscitar a compreensão, do percurso de avaliação diagnóstica do processo de ensino e de aprendizagem dos alunos no âmbito escolar. A preocupação durante a análise realizada foi a de refletir, e analisar de forma cautelosa, as manifestações dos professores que participaram da pesquisa, tanto no que tange aos seus posicionamentos referentes a avaliação diagnóstica, como é compreendida na sua íntegra. A necessidade de verificar entre os professores regentes das séries iniciais do ensino fundamental se o uso da avaliação diagnóstica, aplicada pelo município de Presidente Kennedy, contribui positivamente no processo de aprendizagem dos alunos, levando em consideração a busca pela qualidade do ensino. Diante disso, o problema do estudo trata de aferir se houve contribuição na avaliação diagnóstica (Simulado Municipal), realizada pela Secretaria Municipal do município no processo de alfabetização de alunos nas turmas de Ensino Fundamental séries iniciais, nas EMEIEF “Bery Barreto de Araújo” e EMEIEF “Vilmo Ornelas Sarlo”. Para solucionar a indagação apresentada, o objetivo da pesquisa se estabelece no suscitar da compreensão da avaliação diagnóstica implementada pela SEME/PK, bem como investigar a qualidade da contribuição dentro do processo de alfabetização. Utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa e descritiva, por meio da coleta de dados, pela aplicação de questionários aos professores das referidas escolas, buscando-se vestígios de expressão de ideias, sentimentos e interesses em relação aos objetivos da avaliação. Mediante os resultados da pesquisa foi possível concluir que todo o processo que envolve o programa de Avaliação Diagnóstica da SEME/PK apresenta intercorrências várias que impedem a que os objetivos dessas avaliações sejam alcançados plenamente.

O capítulo **Cultura no Contexto Escolar de autoria** de Edivan Paes Freitas e Juliana Martins Cassani, realizam uma importante reflexão de como as práticas culturais se manifestam na instituição escolar, assim como a responsabilidade da mesma em permitir que estas expressões sejam compartilhadas, através de estratégias pedagógicas utilizadas durante as aulas.

O capítulo **Entre o prescrito e o vivido: rebatimentos legais da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva** de autoria de Jacira Marvila Batista Viana e José Roberto Gonçalves de Abreu aponta as contradições presentes na legislação vigente, as vivências e desafios dos professores no processo de inclusão social. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo e análise documental da legislação vigente. Assim, ressalta-se a importância de se repensar as propostas de formação continuada para os professores de educação inclusiva especial, de maneira que estas possam ir de encontro as demandas do cotidiano destes educadores. Ainda é importante destacar que os autores enfatizam os esforços dos professores no desenvolvimento de práticas pedagógicas e materiais didáticos que possam oferecer uma educação inclusiva conforme o prescrito na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O Capítulo **Marcos legais, Políticas e Programas e acesso à educação de nível Superior no Brasil**, de autoria de Fabíola de Carvalho Barreto e Luciana Telles de Moura as autoras fazem uma imperiosa contextualização histórica sobre a educação de nível superior no Brasil. Ao longo dessa escrita descrevem como as questões de classe fizeram que durante muitos anos a educação superior na sociedade brasileira fosse exclusivamente um privilégio da nobreza. Entretanto, com as demandas do sistema de produção capitalista houve necessidade de se formar profissionais capacitados para as exigências do mercado de trabalho. Neste ínterim os movimentos sociais começaram a reivindicar acesso a educação não apenas para atender os interesses do capital, mas fazer valer os direitos de cidadania, que foram instituídos com a Constituição Federativa de 1988. Entretanto as políticas neoliberais que se instauraram no país na década de 90, enxergam a educação como um produto rentável, viram a possibilidade de ampliar suas instituições a partir de programas do governo.

O Capítulo **Contribuições da pedagogia no CREAS: enfrentamento e prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes** de Magna Terra Jordão e Luana Frigulha Guisso, com base em sua em suas experiências profissionais na política nacional de assistência social, apresentam um campo de trabalho da pedagogia pouco explorado. Através de uma pesquisa de campo, descrevem os desafios da profissão nos Centros de Referência Especializados (CREAS), enfatizando o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

O capítulo **Identidade quilombola: um olhar dos alunos, pais e professores sobre as escolas quilombolas do ensino fundamental em Presidente Kennedy**, o estudo foi desenvolvido por Leonardo dos Santos e Sebastião Pimentel Franco. Esta pesquisa parte do interesse em compreender como vem sendo desenvolvida a educação nas escolas quilombolas do ensino fundamental nas comunidades Boa Esperança e Cacimbinha em Presidente Kennedy-ES. Essa compreensão parte da discussão sobre o significado de o estudo para esclarecer) questões referentes à construção identitária desses grupos sociais. Portanto, a afirmação dos direitos das comunidades quilombolas no campo educacional é perpassado por interesses diversos, entre os quais a negação desses direitos e a crença de que seja desnecessário ensinar História da África aos alunos quilombolas, o que contribuiria na afirmação da sua identificação. Esse processo deve perpassar diferentes conhecimentos e saberes, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, assim como o combate a toda forma de discriminação e preconceito no ambiente escolar. Ademais, deve atravessar os muros escolares e ir ao encontro da comunidade que ali vive, na troca de conhecimentos, onde os pais têm muito a contribuir nessa construção.

Na mesma sequência o capítulo **Diagnóstico das dificuldades do ensino de história no que tange à identidade quilombola em Presidente Kennedy-ES**, Vânia dos Santos da Silva e Sebastião Pimentel Franco, discuti como nas comunidades quilombolas de Presidente Kennedy, as políticas públicas que podem ser adotadas em prol dos remanescentes de quilombo em consonância com o ambiente escolar, para contribuir com a autoafirmação dos alunos quilombolas. As comunidades quilombolas adentraram em pauta na década de 70, no entanto as escolas quilombolas só foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012, assim, a educação é de fundamental importância, admite que os sujeitos conheçam suas raízes e a educação priorize a identidade dos alunos e oferte uma educação de qualidade. Considerações finais: Como se aborda de comunidades que estão em constantes lutas, em uma sociedade em constante transformação histórica e cultural, que se dá com o passar dos anos, existe necessidade constante de entender o contexto, manter as tradições e batalhas por direitos individuais e coletivos dessas comunidades.

O Capítulo **Projeto social com práticas esportivas de apoio à inclusão no município de Presidente Kennedy – ES**, escrito por Daniel Menezes Filho e Sônia Maria da Costa Barreto, fazem um resgate do Projeto Cidadão Kennedense, o qual envolveu a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, atendendo cerca de 200 crianças e adolescentes com idade entre 7 a 17 anos, promovendo a vivência com várias modalidades do desporto, no período de 2006 a 2009. A pesquisa será realizada no município de Presidente Kennedy, localizado no sul do Espírito Santo, com aproximadamente 12 mil habitantes, dos quais 65% da população reside na zona rural e 35% na zona urbana. O município é o maior arrecadador de royalties de petróleo do estado e uma dos maiores do Brasil. Avaliando a importância social de entender como acontece o processo de inclusão em projetos sociais de educação pelo esporte, esta pesquisa nasceu a partir do nosso envolvimento com o Projeto Cidadão Kennedense no ano de 2006, que fez despertar o interesse em resgatar o referido projeto. Diante disso, a pesquisa pretende apontar caminhos não apenas para a inclusão social através do esporte, mas também, mostrar como o desenvolvimento de programas esportivos pode contribuir para prevenção do uso de bebidas alcólicas e outras drogas por crianças e adolescentes.

O capítulo **Educação Inclusiva: O processo pedagógico de uma estudante com dificuldade de aprendizagem em uma escola municipal de Presidente Kennedy-ES**, as autoras Maria Regina Fontana Contarini e Nilda da Silva Pereira, buscam compreender o fazer pedagógico no processo educacional de uma aluna com dificuldade de aprendizagem, analisando o procedimento educativo e a aplicação das teorias da educação de forma empírica. Entende-se que a ação pedagógica deve consistir na elaboração de programas de intervenção adaptados às características de aprendizagem específicas de cada criança e no espaço em que ocorre essa aprendizagem. Incluir alunos com dificuldades de aprendizagem é um grande desafio. Isso, na maioria das vezes, ainda não ocorre na escola. Para uma educação realmente inclusiva é necessário repensar o processo de ensino e aprendizagem conhecendo e compreendendo as adversidades físicas ou culturais, as múltiplas diversidades, sejam elas físicas ou culturais, necessitando ser plurissignificativa e construir um currículo contextualizado, em que esteja presente a equidade.

Lincon Fricks Hernandes

SUMÁRIO

CAP. 1: A construção da saúde na escola: uma ação preventiva de doenças

- ▶ *Angelita Alves Almeida*
- ▶ *Claudia Márcia Fricks Jordao Belonia Terra*
- ▶ *Claudiana do Nascimento*
- ▶ *Cristiani Jordão Gomes de Almeida*
- ▶ *Danielle Correia Santana*
- ▶ *Kamila Batista Nunes Viana*
- ▶ *Luciana Tonon Fontana*
- ▶ *Marciana dos Santos Silva Ventura*
- ▶ *Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.1

CAP. 2: A importância do programa saúde na escola no retorno das aulas presenciais após a pandemia de Coronavírus

- ▶ *Alan Santiago Muri Gama*
- ▶ *Elizabeth Almeida da Silveira Santiago*
- ▶ *Evan Pereira Barreto*
- ▶ *Kleyton Corrêa Borges*
- ▶ *Luciano Ribeiro Helvécio*
- ▶ *Luís Carlos Bicalho de Lima*
- ▶ *Marcus Vinícius Pena Abranches Pacheco*
- ▶ *Mellina da Silva Gonçalves*
- ▶ *Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.2

CAP. 3: Avaliação diagnóstica como instrumento de aprendizagem no ensino fundamental em Presidente Kennedy-ES

- ▶ *Cheila dos Santos Marvila*
- ▶ *Luana Frigulha Guisso*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.3

CAP. 4: Cultura no Contexto Escolar

- ▶ *Edivan Paes Freitas*
- ▶ *Juliana Martins Cassani*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.4

CAP. 5: Entre o prescrito e o vivido: rebatimentos legais da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva

- ▶ *Jacira Marvila Batista Viana*
- ▶ *José Roberto Gonçalves de Abreu*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.5

CAP. 6: Marcos legais, Políticas e Programas e acesso à educação de nível Superior no Brasil

- ▶ *Fabiula de Carvalho Barreto*
- ▶ *Luciana Telles de Moura*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.6

CAP. 7: Contribuições da pedagogia no creas: enfrentamento e prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes

- ▶ *Magna Terra Jordão*
- ▶ *Luana Frigulha Guisso*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.7

CAP. 8: Identidade quilombola: um olhar dos alunos, pais e professores sobre as escolas quilombolas do ensino fundamental em Presidente Kennedy

▶ *Leonardo dos Santos*

▶ *Sebastião Pimentel Franco*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.8

CAP. 9: Diagnóstico das dificuldades do ensino de história no que tange à identidade quilombola em Presidente Kennedy-ES

▶ *Vânia dos Santos da Silva*

▶ *Sebastião Pimentel Franco*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.9

CAP. 10: Projeto social com práticas esportivas de apoio à inclusão no município de Presidente Kennedy - ES

▶ *Daniel Menezes Filho*

▶ *Sônia Maria da Costa Barreto*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.10

CAP. 11: Educação inclusiva: o processo pedagógico de um estudante com dificuldade de aprendizagem em uma escola municipal de Presidente Kennedy (ES)

▶ *Maria Regina Fontana Contarini*

▶ *Nilda da Paiva Silva Pereira*

DOI: 10.48140/digitaleditora.2021.003.11

2

A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS APÓS A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

- ▶ *Alan Santiago Muri Gama¹*
- ▶ *Elizabeth Almeida da Silveira Santiago¹*
 - ▶ *Evan Pereira Barreto¹*
 - ▶ *Kleyton Corrêa Borges¹*
 - ▶ *Luciano Ribeiro Helvécio¹*
- ▶ *Luís Carlos Bicalho de Lima¹*
- ▶ *Marcus Vinícius Pena Abranches Pacheco¹*
- ▶ *Mellina da Silva Gonçalves¹*
- ▶ *Rita Maria Fernandes Leal Moreira Cacemiro¹*

1. INTRODUÇÃO

A escola historicamente foi reconhecida como ambiente para se promover educação e disseminar os conhecimentos científicos acerca das áreas mais importantes para o desenvolvimento humano. No século passado a educação e a saúde caminharam juntas, o Ministério da Educação também era o Ministério da Saúde, e políticas públicas eram desenvolvidas em conjunto para ambas as áreas.

Para Silva e colaboradores (2010), a relação entre educação, saúde e suas práticas é condicionada por complexas dimensões estruturais que requerem análise histórica para melhor compreensão. Historicamente, a sucessão de modelos educacionais usados no campo da saúde pública não representa uma sequência evolutiva; antes, é uma descrição da prática dominante em determinados momentos em relação aos problemas de saúde destacados em uma intervenção para manter o domínio da classe dominante. Parece, portanto, que as ações desenvolvidas foram e continuam a ser norteadas pelas concepções de saúde e educação em saúde de cada período histórico e pelos modelos de atenção implantados nos serviços de preservação da saúde dos trabalhadores.

Tornar Saúde e Educação direitos fundamentais foi uma das tarefas de maior responsabilidade do legislador original. É dever do Estado garantir à todos, independentemente de qualquer diferença, que haja saúde e educação para todos. Colocar essas áreas para caminhar em conjunto, foi uma forma de buscar atender as necessidades sociais em situações em que uma dependa da outra. A saúde na escola é uma política que

1 Faculdade Vale do Cricaré (FVC) – São Mateus, ES. E-mail:

busca prevenir doenças no futuro, e dessa forma, trabalha desde de tenra idade as necessidades e cuidados para que não haja adoecimentos.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia que integra atividades educacionais e de saúde com o objetivo contribuir para a formação integral dos alunos em rede pública de ensino fundamental por meio de ações preventivas, promocionais e de saúde. O PSE também é um apoiador de fortalecimentos das atividades no campo e da articulação da saúde e educação, buscando enfrentar as fragilidades que ameaçam esses grupos da população. Portanto, deve ser implementado com a participação efetiva das equipes da ESF, integração com uma escola do mesmo território, cumprimento das normas do SUS (BRASIL et al., 2017).

Na busca por atender as demandas da saúde do alunado brasileiro, em 2007 foi lançado pelo governo federal o PSE, que com a finalidade de cuidar da saúde dos alunos na primeira infância se desdobrou por diversas áreas com a finalidade de incentivar os primeiros cuidados com a saúde. Atuando em diversos campos, o PSE atua desde a saúde bucal, passando pela saúde alimentar até a saúde mental. No campo da saúde mental, importa ressaltar suas políticas e como elas serão necessárias aos cuidados após a Pandemia de Coronavírus (COVID-19) que desencadeou um enorme isolamento social desde o início do ano de 2020.

A pandemia de COVID-19 causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) provou ser um dos maiores desafios de saúde global deste século. No meio do mês de abril, poucos meses após o surto na China no final de 2019, já haviam acontecido mais de 2 milhões de casos e 120.000 mortes em todo o mundo por COVID-19 e há muitos casos e mortes são esperados nos próximos meses. Na época, no Brasil, o COVID-19 havia registrado cerca de 21.000 casos confirmados e 1.200 óbitos. Até o mês de agosto, o Brasil se aproxima da marca de 120.000 mortes e ultrapassa a marca de 3 milhões de infectados (WERNECK; CARVALHO, 2020).

O Conhecimento científico insuficiente sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade a disseminação e a possibilidade de causar a morte em populações vulneráveis geram incertezas quanto às melhores estratégias para combater a epidemia em diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios são ainda maiores, tão pouco se sabe sobre as características de transmissão do COVID-19 no contexto altas desigualdades sociais, com populações vivendo em condições precárias de moradia e sanitárias, sem acesso constante a água e em caso de aglomeração (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Entretanto, de todas as estratégias desenvolvidas para conter a pandemia, a melhor de todas foi evitar o alto índice de contaminação para que os sistemas de saúde pudessem se equipar e não desencadear uma onda de colapsos nos sistemas. O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro conseguiu evitar o colapso, mas teve que lidar com situações calamitosas quanto ao número de leitos em Unidades de Terapia Intensivas (UTIs).

O isolamento social fez com que muitos serviços essenciais fossem paralisados, somente serviços médicos e referentes a alimentação da população que não sofreram nenhum bloqueio. A educação foi totalmente paralisada nos primeiros meses e posteriormente retornou na modalidade à distância (EAD). Muito se trabalhou no sentido de cuidar para que a educação não fosse prejudicada, entretanto pouco se falou da saúde mental dos alunos e dos professores, quais as possíveis influências que aulas em EAD podem causar nesse campo da saúde e como que o distanciamento social pode promover alterações no cotidiano dos atores da vida escolar.

Nesse quesito, o Brasil tem seguido a tendência mundial. Em todo o território nacional, redes públicas e

privadas interromperam o funcionamento das escolas e, entre outras ações, têm cogitado – ou já estão em processo de – transferir aulas e outras atividades pedagógicas para formatos a distância. Por ora, são as redes estaduais que mais têm avançado nesse sentido, e o caminho tem sido viabilizado, principalmente, por meio da disponibilização de plataformas online, aulas ao vivo em redes sociais e envio de materiais digitais aos alunos, como mostra recente levantamento realizado com mais de três mil Secretarias de Educação de todo o País (BRASIL, 2020, s/p).

Por isso, a importância de se valorizar o PSE, para que após a Pandemia seja uma válvula de escape para tratar os novos problemas que poderão surgir e cuidar para que novas doenças como o Coronavírus possam ser evitadas.

É objetivo deste estudo apresentar como que o Programa Saúde na Escola (PSE) pode atuar no retorno das aulas presenciais após a pandemia do novo Coronavírus, e quais as novas possíveis demandas que podem ser investidas para evitar que transtornos acometam os discentes e docentes. Também é objetivo deste artigo evidenciar quais os desafios no retorno das aulas após a pandemia no sentido de instruir a comunidade escolar a se prevenir e buscar métodos de evitar o surgimento de novas doenças.

2. DESAFIOS NO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NO PÓS PANDEMIA

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), 186 países ou regiões fecharam escolas, total ou parcialmente, no início de maio de 2020 para conter a disseminação do Covid-19, atingindo cerca de 70% dos alunos. Este fechamento afetou o calendário escolar e seu impacto na aprendizagem dos alunos é incerto. As diferenças no rigor da quarentena, na duração e nas estratégias adotadas pelas famílias e escolas são apenas alguns dos fatores que podem influenciar a trajetória desses alunos.

Em meio à atual pandemia, a ciência, apoiada em evidências empíricas, ganhou importância irrefutável. Portanto, compreender o impacto da Covid-19 na educação, com base no que dizem as evidências científicas, é importante para a sociedade. Nesse contexto, o objetivo deste artigo é examinar o impacto do fechamento de escolas no desempenho dos alunos no curto prazo e em suas trajetórias de longo prazo. Também visa refletir sobre as potenciais intervenções de curto prazo que poderiam mitigar suas consequências. Em alguns casos, por lacuna literária ou tempo de publicação insuficiente, foram investigados artigos científicos que ainda não haviam sido publicados, sempre obedecendo a critérios de disciplina científica (OLIVEIRA et al., 2020).

Tornar o ambiente escolar um foco de pesquisa disseminador de boas e novas ações, sempre foi o objetivo central de tornar a educação democratizada. Desde que a escola deixou de ser um ambiente para os filhos dos mais ricos e passou a receber pessoas de todas as camadas sociais, a escola não foi inovada e os métodos se mantiveram os mesmos, o que dificultou a atividade de dar a cada aluno a assistência que cada um precisa.

Na opinião de Dias e Pinto (2020), quando as escolas forem reabertas, e em algumas partes do mundo esse evento já tiver começado, a recessão econômica que se seguirá certamente aumentará as desigualdades e poderá reverter o progresso de alguns países no aumento do acesso à educação e na melhoria do aprendiza-

do. Portanto, é preciso que os países reconheçam o problema - o que não acontecia quando a COVID-19 começou a se espalhar pelo mundo - e criem políticas públicas voltadas especificamente para a educação.

Buscando inovar e propor novas técnicas, foi imprescindível respeitar a individualidade humana e trabalhar novas formas de introduzir os conceitos educacionais. Para justificar estes dados ao objetivo desta pesquisa, basta conectar a necessidade de integrar a grade educacional com novos métodos para propor melhores ações e maiores cuidados no combate de doenças, e garantir que os alunos estejam preparados para novas práticas após o retorno à sociedade, ao fim ou controle da pandemia.

[...] por mais que a economia dos países sofra com a pandemia, os investimentos em Educação devem ser mantidos, quiçá aumentados. Conforme a Unesco, a natural queda na aprendizagem poderá alastrar-se por mais de uma década se não forem criadas políticas públicas que invistam em melhorias de infraestrutura, tecnologias, formação, metodologias e salários, além do reforço da merenda, melhor aproveitamento do tempo, tutoria fora do horário usual das aulas e material adicional, quando possível (UNESCO, 2020, p.14).

A realidade social dos alunos é diversa, e garantir que cada aluno possua os recursos necessários para adotar as novas práticas é um outro desafio. Essas novas práticas são: uso de máscaras; adotar novas práticas de higiene corporal; novas políticas de contato físico e novas práticas alimentares (sejam elas para evitar contato com doenças ou para adquirir imunidade). Também importa considerar o incentivo aos cuidados com o meio ambiente e o desenvolvimento do conhecimento científico na área, para que no futuro o número de pesquisadores seja mais volumoso e de melhor qualidade.

As condições sociais são as raízes da precariedade da saúde e do surgimento da doença, na proposição dessa teoria, na determinação do acesso a recursos importantes que podem ser usados para evitar riscos ou minimizar as consequências das doenças, e quando afetam muitos desfechos de saúde por meio de vários mecanismos. A natureza flexível e multifuncional dos recursos econômicos e sociais significa que podem ser usados de diferentes maneiras em diferentes situações para promover a saúde de seus proprietários ou minimizar os efeitos da doença quando ela ocorre (SANTOS, 2020).

No contexto de um sistema dinâmico de mudanças nas doenças, tratamentos, riscos e fatores de proteção, a associação geral entre as condições sociais e a distribuição da saúde se reproduz no tempo por meio da transposição das vantagens em recursos de uma situação para a outra e por meio de processos socialmente seletivos de substituição dos mecanismos mediadores mais próximos na cadeia causal que leva à saúde e à doença. Quando as pessoas usam recursos para proteger ou promover a saúde, isto se dá no contexto de um sistema estruturalmente desigual. As disparidades de saúde são alimentadas como consequência da própria expansão social da capacidade de controlar as condições de saúde. As desigualdades sociais e econômicas existentes fazem com que o benefício da nova capacidade desenvolvida seja apropriado com maior sucesso por aqueles segmentos da população que possuem mais recursos, informações e oportunidades (SANTOS, 2020, p.5).

Retornar às aulas e cobrar do corpo discente todas essas novas práticas será um desafio não apenas para os alunos, mas para o próprio corpo docente que terá que adotar essas novas práticas a fim de exemplificar e também tomar os devidos cuidados.

Atentos a questão ambiental, Troi e Quintilio (2020), apontaram que a presença do vírus em nosso dia a dia trouxe mudanças radicais na maneira como vivemos. Primeiro na China e depois na Itália, onde a redução da poluição na área afetada foi registrada pela comparação de imagens de satélite. Com isso,

foi demonstrado que a atividade humana tem impacto e que as operações de emergência global seriam possíveis para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, proporcionando um planeta menos aquecido. Também evitaria o surgimento de novas epidemias devido à miríade de vírus que poderiam congelar no chamado permafrost, solos congelados por milhares de anos, e até mesmo organismos virais que ainda se escondem nos remanescentes florestais destruídos pela força do agronegócio.

A questão ambiental pode estar intimamente ligada ao surgimento da nova pandemia, o que traz a necessidade de influenciar as políticas ambientais em sala de aula e desenvolver essa área do conhecimento. Os veículos de comunicação divulgaram os dados fornecidos por pesquisas que foram canceladas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indicando a mutação no vírus em algumas espécies animais, o que remete aos cuidados no consumo de carne e como a extinção de algumas espécies pode aumentar a proliferação de agentes transmissores de doenças.

Bactérias e vírus são velhos conhecidos. Tudo indica que o modo de vida de nossos ancestrais caçadores-coletores, que percorriam a Terra em pequenos grupos, não era propício à formação da epidemia. Após nossa fixação, passamos muito tempo sobrevivendo e criando resistência imunológica a essas estruturas incríveis que habitavam o planeta antes mesmo de nossa existência. Não demorou muito: não tinha mais de 12.000 anos quando começaram as residências permanentes humanas. Foi só em 1647 que Anton Van Leeuwenhoek foi capaz de ver, sob um microscópio, "criaturas minúsculas" caseiras em uma gota d'água pela primeira vez. Nos próximos 300 anos, encontramos muitas outras espécies microscópicas (HARARI, 2015).

Transmitir a importância de se conhecer a origem do vírus, e como a influência sobre o tratamento do meio ambiente age no combate a proliferação de doenças e no evitar do surgimento de novas doenças, faz com que as gerações futuras estejam cada vez mais conscientes das suas responsabilidades, e é através do ambiente escolar que se dissemina os objetivos para o futuro, já que é nele que estão as futuras gerações e é através delas que se promove alterações sociais a longo prazo.

3. POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL ATRAVÉS DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

A relação entre saúde / doença mental e sensibilidade social é muito complexa e requer muita reflexão e contextualização para ser compreendida de uma forma que não reproduza a lógica simplificada que liga "loucura" e "pobreza", reforçando estigma e preconceitos em relação aos menos favorecidos população. Ao mesmo tempo, a problematização dessa questão pode indicar os rumos de boas práticas na área da saúde mental (GAMA et al., 2014).

As doenças mentais são entendidas como distúrbios da trajetória de vida decorrentes de alterações no desenvolvimento neurológico e que se manifestam na infância. Essa perspectiva enfatiza o papel da escola enquanto os professores e a família não só lidam com a questão da aprendizagem, mas têm uma posição privilegiada, pois ao se tornar obrigatória para todas as crianças e adolescentes brasileiros, esse ambiente tornou-se um local privilegiado de alta concentração de estimulação longitudinal e de grande impacto em todos os aspectos da vida (GARCIA, 2016).

O Programa Saúde na Escola (PSE) lançado pelo governo federal no ano de 2007 atua em diversos campos da saúde discente. O objetivo é combater doenças e identificar morbidades que costumam aparecer na infância e na adolescência. Também trabalha questões alimentares através dos programas nutricionais, a saúde bucal e desdobra-se para questões referentes a saúde mental, na identificação e no tratamento de transtornos. De acordo com pesquisas realizadas por Cid MFB, et al. (2019), os resultados de estudos epidemiológicos indicam que de 10 a 25% das crianças e jovens no Brasil e no mundo vivenciam sofrimento mental. Estes dados é importante porque é uma condição que envolve perdas em desenvolvimento e suas vidas, bem como aqueles com quem vivem.

A eficácia da saúde escolar como política pública de promoção da saúde e seguro de qualidade de vida requer coordenação e planejamento intersetorial definição de iniciativas interdisciplinares selecionado do diagnóstico local da realidade, identificação do problema e soluções reais. A política de saúde reconhece que o espaço escolar é um ambiente fértil privilegiado para a divulgação e realização de práticas pró-saúde, ações preventivas e educação em saúde (FONTENELE et al., 2017).

No contexto da prevenção da saúde, certas medidas são tomadas para proteger a comunidade do risco de doenças transmissíveis. Distância social ou física significa manter uma distância espacial - cerca de dois metros - entre uma pessoa e outras pessoas quando elas estão fora de casa. Isso resulta, por exemplo, em uma recomendação de não se reunir em grupos e evitar locais lotados e aglomerados. É uma medida implementada pelos países para evitar a contaminação.

A preocupação com a saúde mental da população se intensifica durante a grave crise social. A pandemia de coronavírus 2019 (COVID-19) pode ser descrita como uma daquelas crises que tem se caracterizado como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas, afetando praticamente todo o planeta. Tal evento causa distúrbios psicológicos e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, de gravidade e extensão variáveis. São necessários esforços notáveis de várias áreas do conhecimento - incluindo a psicologia - para propor formas de lidar com o contexto que permeia a crise (FARO A, et al., 2020).

Com o surgimento da pandemia do novo Coronavírus, foi possível identificar uma série de adoecimentos mentais que foram potencializados pelo isolamento social e pela ausência de interação social. A sociedade não passava por um período parecido desde o século XX, quando no final da década de 10 surgiu a Gripe Espanhola, que ceifou aproximadamente 50 milhões de vidas.

Apesar dos benefícios que traz na contenção da doença, a quarentena costuma estar associada a situações desagradáveis que podem afetar a saúde mental dos envolvidos. Alguns dos fatores de estresse na quarentena são: a necessidade de se separar de amigos e familiares, incerteza sobre distâncias, medo, tédio e muito mais. Estudos conduzidos em situações de pandemia como COVID-19 e SARS descobriram que a quarentena pode desencadear alguns transtornos mentais comuns, como transtornos de ansiedade e depressão, e sinais de aumento do comportamento suicida (FARO et al., 2020).

Doenças como a depressão, transtornos de pânico além de ausência de interação, que pode ser considerada um movimento contrário às práticas saudáveis humanas, deverão ser observadas com maior atenção, pois o agravamento dessas doenças pode levar a continuidade da mortalidade em decorrência do surgimento do novo Coronavírus, o que indica que não é só pela infecção pela doença que o vírus faz vítimas.

Como forma de enfrentar esse processo e fornecer auxílio, foi desenvolvida uma cartilha baseada em táticas de enfrentamento ao adoecimento mental em tempos de isolamento social. A cartilha base para o

enfrentamento do estresse em resposta a uma pandemia é um produto intersetorial do grupo de trabalho PsiCOVIDa. A pesquisa é formada por dois psicólogos e três estudantes de graduação em psicologia da PU-CRS e da PUC-Campinas, buscando popularizar o conhecimento científico sobre o estresse e sua Resposta.

As respostas voluntárias e involuntárias de estresse e ansiedade podem ter resultados adaptativos ou mal adaptativos na saúde física e mental. Com esse enfoque, a cartilha ajuda a reconhecer sinais de estresse e ansiedade, e informa possíveis estratégias de enfrentamento frente às mudanças na rotina, aos protocolos de distanciamento social, à sobrecarga de notícias por vezes conflitantes, e às incertezas sociopolíticas e econômicas (LUNN et al., 2020, p. 11).

Retirar a criança e adolescente do convívio social pode ter consequências muito maiores que as esperadas, já que viver em sociedade faz parte de um movimento importante para o desenvolvimento intelectual. Estar em sociedade é amadurecer os desejos humano e coletar informações que colaborar para a formação física e intelectual.

O PSE reforça no decorrer dos anos suas políticas ligadas a saúde mental. Muitos projetos, um com aprovação recente, buscam inserir psicólogos no cotidiano escolar, em toda rede pública de ensino brasileira. A ideia gira em torno de identificar possíveis transtornos na vida dos alunos e também uma forma de evita-los através de instruções que não podem ser passadas pelas famílias.

Para Coutinho e et al. (2015), garantir o desempenho do psicólogo formador em contextos escolares/educativos exige a reflexão sobre uma prática há muito discutida e imbuída dos desafios colocados a cada processo formativo. A visão geral da gênese e desenvolvimento da psicologia escolar, inicialmente tinha o compromisso ou intenção de promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças em idade escolar em uma discussão mais ampla. Em uma sociedade capitalista, em defesa das diferenças individuais, é necessária uma ciência que examine o indivíduo como tal, isolado de seu contexto e responsável por aproveitar as mesmas oportunidades para todos. Nesse cenário, a psicologia se apresentou como uma ciência não histórica capaz de cumprir essa promessa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no conhecimento adquirido e nos materiais colhidos e desenvolvidos nesta pesquisa, pode-se concluir que o Programa Saúde na Escola (PSE) desenvolve muito mais que um papel de política pública de saúde, em conjunto com a educação, na identificação de adoecimentos precoces, mas também atua no combate de doenças e no tratamento de novos adoecimentos, como os que podem surgir em decorrência do isolamento social na pandemia do novo Coronavírus.

É importante atentar para os novos desafios que virão após o fim do isolamento social, já que a sociedade a qual foi deixada antes da Pandemia, não será mais encontrada no retorno, já que novos hábitos e práticas deverão ser desenvolvidos e as instruções para que essas novas práticas imperem devem partir da escola, que é ambiente científico de ensino.

Garantir que essas práticas sejam desenvolvidas e adotadas socialmente requer zelo e sensibilidade para a realidade social. O Brasil é um País que aporta um alto índice de desigualdade, que depende amplamente

da figura de um Estado atuante, que propõe e executa políticas públicas. A inevitável crise econômica que surgirá após a pandemia em decorrência do freio dado durante o isolamento, pode comprometer programas que sustentam boa parte da população brasileira, e é imprescindível que os atores responsáveis pelo Estado estejam atentos para não sacrificarem as classes menos favorecidas.

Garantir novas políticas educacionais e de saúde, principalmente as que caminham em conjunto, será o caminho para dar continuidade ao que apregoa o Artigo 3º da Constituição Federal (1988), que diz “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília; 2 ed. 1990.
- BRASIL. 2020. In: **Nota técnica ENSINO A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE À PANDEMIA DA COVID-19**: Brasília. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf. Acesso em: 14 de ago. 2020.
- BRASIL EGM, et al. Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: complexidade na articulação saúde e educação. **Rev Esc Enferm USP**, 2017; 51(1): 1-9.
- CID MFB, et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-posições**, 2019; 30(1): 1-24.
- COUTINHO AFJ, et al. A psicologia na escola - (re)pensando as práticas pedagógicas. **Psicologia da Educação**, 2015; 40(1): 103-114.
- DIAS E, PINTO FCF. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2020; 28(108); 545-554.
- FARO A, et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, 2020; 37(1): 1-19.
- FONTENELE RM, et al. Construção e validação participativa do modelo lógico do Programa Saúde na Escola. **Saúde e Debate**, 2017; 41(1): 167-179.
- GAMA CAP, et al. Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 2014; 17(1): 69-84.
- GARCIA JM. Saúde Mental na Escola: O que os Educadores Devem Saber. **Psico-USF**, 2016; 21(2): 423-425.
- HARARI YN. **Sapiens – uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L & PM, 2015.
- Lunn P, et al. Using behavioural science to help fight the coronavirus. **ESRI Working Paper**, 2020; n° 656. Dublin: Behavioural Research Unit, Economic and Social Research Institute. Retrieved from:
- OLIVEIRA JBA, et al. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 2020; 28(108): 555-578.
- SANTOS JAF. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, 2020; 18(3): 1-11.
- SILVA CMC, et al. Educação em saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2010; 15(5): 2539-2550.
- TROI M, QUINTILIO W. Coronavírus: lições anti-negacionistas e o futuro do planeta. **SciELO em Perspectiva**, 2020.
- UNESCO. **COVID-19 impact on education**. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 16 de ago. 2020.
- WERNECK GL, CARVALHO MS. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, 2020; 36(5): 1-4.